



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.678, DE 2022**

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, visando aprimorar as garantias de acesso à informação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, visando aprimorar as garantias de acesso à informação.

Art. 2º A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10. ....

§ 2º Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar canais eletrônicos para a protocolização e acompanhamento dos pedidos de acesso à informação por meio dos seus sítios oficiais na internet.” (NR)

“Art. 18. ....

Parágrafo único. O regulamento a que se refere o caput deverá prever, pelo menos, duas instâncias recursais para a negativa do pedido de acesso à informação e para a negativa do pedido de desclassificação, uma delas preferencialmente externa ao órgão ou entidade detentora da informação.” (NR)

“Art.

24. ....





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

..... § 6º

São vedadas classificações genéricas que agrupem, no mesmo ato de classificação, informações e documentos produzidos em datas distintas, exceto quando da classificação da íntegra de um processo administrativo.” (NR) “Art.

28. ....

..... III –

indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites previstos no art. 24;

IV – identificação da autoridade que a classificou; e

V – razões da classificação, com a justificativa para o prazo de sigilo adotado.

Parágrafo único. As informações previstas no inciso V do caput deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.” (NR)

“Art.

30. ....

..... § 2º

Os órgãos e entidades manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas do assunto sobre o qual versa a informação, dos fundamentos da classificação, do grau de sigilo adotado, da indicação da data de produção da informação, da autoridade que a classificou e do termo final do sigilo.” (NR)

“Art. 30-A. Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar canais eletrônicos para a protocolização e acompanhamento dos pedidos de





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

desclassificação de informação por meio de seus sítios oficiais na internet.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

§ 1º Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nesta Lei:

I – 180 (cento e oitenta) dias para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Sala da Comissão, em 12 de agosto de 2025.

Deputado PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO  
Presidente

